



## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERSPECTIVAS E PRÁTICAS

José Roberto da Silva <sup>1</sup>  
Francineide Costa Morais <sup>2</sup>

### RESUMO

A educação inclusiva, no Brasil, é uma realidade nova, a partir da qual se pode entender que foi sendo feita de forma paulatina, acompanhando o processo de desenvolvimento e progresso da sociedade brasileira. Antigamente, as pessoas com algum tipo de deficiência não tinham tanto acesso à vivência social e educativa. Antes eram vistas com bastante preconceito e viviam isoladas do convívio social. No Brasil, esse tema sempre existiu e foi sendo objeto de estudos de pessoas pioneiras que procuraram entender o processo e buscar formas de inserção social desse público. Instituições como a igreja sempre chamaram a atenção do público para que essa realidade fosse trabalhada sob o viés da caridade da inclusão. A partir da década de 2000, a educação se debruça de fato sobre o tema, buscando, por meio de pesquisas e estudos, ações práticas que viabilizassem a inserção desse público dentro do processo educativo formal. A educação especial e sua inclusão devem ser realizadas de acordo com as demandas que compreendam as necessidades dessa clientela. Para isso, é preciso articular um plano de ação que favoreça esse processo de inclusão, uma vez que existe uma variedade de realidades e cada uma em si requer uma forma de atendimento adequado a fim de se obter um processo satisfatório de educação e de inclusão. A escola, a família e a sociedade são as principais instituições que podem fazer a diferença nesse processo social e educativo. Agindo em conjunto, podem favorecer uma educação inclusiva satisfatória e que oportunize a inserção e a participação dessas pessoas dentro do quadro social educativo.

**Palavras-chave:** Educação, Inclusão, Escola, Sociedade, Prática.

### INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitulada- “Educação inclusiva: perspectivas e práticas”- tem como objetivo fazer uma análise da educação inclusiva no cenário educativo no Brasil, buscando entender o seu aspecto histórico e suas formas de abordagem educativa e social sobre o tema descrito. Também busca lançar algumas alternativas sobre a educação inclusiva e sua realidade no cenário brasileiro.

O primeiro tópico aborda sobre os aspectos históricos na educação do Brasil, percorrendo acerca da necessidade de perceber que é preciso primeiramente entender o papel da educação inclusiva e sua importância para a sociedade, uma vez que é uma prática construída recentemente que se mobiliza a partir de um processo de adaptação e inserção educativa com o

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP e professor de História da Igreja da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN, [josefranciscano@hotmail.com](mailto:josefranciscano@hotmail.com);

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Educação. Professora de Ensino da Arte da Rede Municipal de Mossoró-RN, [neidinha.c2010@gmail.com](mailto:neidinha.c2010@gmail.com).



intuito de atender a esse público pela adoção do ensino aprendizagem de modo satisfatório, dentro do seu nível cognitivo e que possa servir como meio de inclusão social.

Historicamente, no Brasil, as pessoas com alguma deficiência viviam de maneira isolada das demais, não tinham as mesmas oportunidades, embora apresentassem aptidões físicas e/ou psicológicas que eram determinantes com relação ao seu quadro pessoal de sua vivência social. Assim sendo, muitas dificuldades com relação ao acesso à dimensão educativa e ao um convívio social mais pleno eram impostas pelo próprio sistema de caráter segregador.

Contudo, a sociedade, aos poucos, foi despertando para a análise crítica dessa realidade e entendendo que essas pessoas também são cidadãos e cidadãs com os mesmos direitos, sendo, portanto, necessário o desenvolvimento de políticas públicas e de estratégias que buscassem incluí-los no quadro educativo e conseqüentemente no processo de vivência social e educativa, oportunizando-lhes uma maior participação e interação com todos os membros e setores sociais por meio da educação.

Com base nessa perspectiva, para que se tenha uma educação inclusiva satisfatória, é de mister importância que se conheça bem essa realidade, devendo-se investir na formação de profissionais a fim de que possam oferecer um trabalho mais eficiente que faça uso de meios e métodos eficazes no que se refere a esse processo de inclusão e de educação que atenda às mais diferentes realidades.

Dentro desse cenário, o professor e a família são peças fundamentais, tendo em vista que ambos têm um contato mais direto no sentido de favorecerem o despertar de aptidões e o desenvolvimento de habilidades dessas pessoas. Todavia, convém que se invista em uma boa formação docente e que se possa também dispor de um espaço que contribua para a efetivação dessa prática com materiais e recursos que favoreçam todo esse processo educativo.

Atuando juntos: escola, família e sociedade podem oferecer os meios necessários para que a educação inclusiva no Brasil seja uma realidade não somente teórica, mas também prática. Por meio de ações que viabilizem a inclusão dos alunos com alguma deficiência, torna-se possível um trabalho de resgate histórico e, ao mesmo tempo, de civilidade, pois oferecem os meios necessários para a inclusão e favorecem também uma prática voltada para a dimensão da humanização, uma vez que a promoção do exercício da cidadania resulta de uma relação harmoniosa entre os sujeitos a partir do respeito às diferenças e da isonomia de direitos e de oportunidades para todos.

## ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

As práticas pedagógicas na educação brasileira devem exercer a função de propiciar conscientização, além de mecanismos e recursos adequados a uma educação cujo objetivo seja melhorar a compreensão, assimilação e, sobretudo, a inserção de pessoas numa sociedade mais humanizada e com igualdade e justiça social. Diante dessa proposta, entende-se que todos, independentemente de qualquer diferença, devem ter acesso a uma educação de qualidade, principalmente as pessoas com algum tipo de limitação, uma vez que a sociedade tem o dever político e social de articular condições no sentido de atender às suas necessidades.

De acordo com Silva e Silva (2019), para se entender bem o processo das práticas pedagógicas, urge primeiro entender o real significado e expressão da palavra. Nesse sentido, a palavra prática em sua essência mais profunda confere um apontamento que redireciona para o cumprimento de formação repetitiva de uma ação que tem por objetivo adquirir o aperfeiçoamento, bem como envolver certa habilidade de um determinado trabalho, o qual é apreendido por meio da repetição da prática prolongada.

Dessa forma, tais práticas podem ser entendidas como atividades contínuas e que têm por objetivo, além da afirmação, abrir um processo para aquisição de conhecimento de determinado conteúdo, de um saber que é apreendido por meio da sua execução. A repetição, nesse sentido, tem uma função pedagógica de aprimorar habilidade a ser adquirida ou aperfeiçoada por meio da ação repetitiva.

Assim sendo, pode-se afirmar que a aprendizagem é um processo que vai estar diretamente ligado a uma ação pedagógica, meio pelo qual é que se vai, de maneira paulatina, assimilando informações e conhecimentos e, ao mesmo tempo, em que pode ser aprimorada a habilidade na qual está sendo aplicada e apreendida. Dessa forma, é também feito o processo do desenvolvimento cognitivo, que visa aprimorar, portanto, a prática de ações pedagógicas, como a aquisição do conhecimento.

Na educação, a prática está associada diretamente ao fazer pedagógico, ou seja, são os meandros que possibilitam a efetivação dos processos de ensino e aprendizagem. Sendo parte fundamental do exercício da docência, a reflexão sobre a prática é a Pedra basilar na construção do nosso texto não a restringindo à repetição, perfeição ou habilidade, mas a ressignificando no cotidiano da escola atual. Outro termo aliado e definidor da intencionalidade sobre a qual nos propomos a discutir se remete à “prática pedagógica”. A palavra em si apresenta sobre quais práticas nos debruçaremos, sendo portanto indissociável da ação e revelado sobre quais aspectos - didático/educativo – estamos ancorados (Silva; Silva, 2019, p. 79-80).



A prática educativa, nesse sentido, tem a função de concretizar práticas pedagógicas dentro do processo de ensino aprendizagem. Em função disso, a ação docente tem como base a própria ação reflexiva, que pode ser entendida como núcleo base na construção desse processo, não estando sempre atrelado à questão da repetição como meio de aprendizagem, mas também observando outros meios que venham a contribuir na construção deste processo de ensino aprendizagem.

Dentro dessa linha de pensamento, é pertinente a palavra de Munanga, o qual acrescenta que:

O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (Munanga, 2003 *apud* Santos; Santos, 2020, p. 20).

A elite social do Brasil composta pelos detentores do poder, os quais são os descendentes dos colonizadores, sempre trabalharam para a manutenção de seu poder social no país. Assim, durante muito tempo contribuíram para uma formação educativa que atendesse a sua demanda, ao passo que vai negligenciando as classes sociais pobre e negra. Essa conjuntura histórica contribuiu para que o Brasil, durante muito tempo, tivesse baixos índices de educação, o que se reflete no presente momento.

Diante desse entendimento, é que se pode refletir, de maneira mais profunda, acerca da questão da prática pedagógica como meio não só de favorecer o processo de ensino aprendizagem, mas também de fazer que esse processo de ensino possa, além disso, favorecer a questão da inclusão. As pessoas com alguma deficiência constituem um público que apresenta algumas particularidades, sendo, pois, necessário um processo de ensino que leve em consideração todas essas especificidades para, de fato, atender a essa demanda.

A educação inclusiva no Brasil é um tema que apesar de ser novo no âmbito das discussões em evidência já faz um certo tempo que vem sendo debatido considerando a possibilidade de sua inserção no espaço e na vivência escolar, bem como da prática do ensino, na perspectiva da sala de aula. Assim sendo, atualmente, a educação no Brasil passa por um processo de adequação, tendo em vista a necessidade de analisar a relevância de práticas que visem dar acessibilidade e inclusão a essas pessoas que necessitam de um olhar diferenciado a respeito de suas individualidades.



Esse processo de inclusão, contudo, não é algo fácil de se aplicar. Necessita de condições que visem aperfeiçoar essa prática e, por sua vez, oferecer uma ação pedagógica que venha contemplar este objetivo de incluir e de exercer bem a função educativa e pedagógica destinada a esse público.

De acordo com Baptista *et al.* (2020), a educação no Brasil tem se demonstrado como uma área que tem muitos desafios, quando se levam em conta as metas traçadas por planejamentos que perfazem o âmbito da política educativa do Brasil. Dentro desse aspecto, podem-se destacar algumas esferas normativas, como a questão do direito à acessibilidade a um processo educativo formal, que vem apresentando alguns avanços nos últimos tempos.

Contudo, ainda há que se conviver com situações que ainda não tiveram uma superação e estas, por sua vez, requerem um esforço imenso tanto da sociedade, como dos agentes públicos, no que diz respeito à prestação de um serviço de qualidade quanto à inclusão desse público, as discrepâncias regionais com relação à educação, a falta de um planejamento nacional, dentre outras situações que configuram como desafios para a implantação de um processo educativo que venha, efetivamente, promover a inclusão.

Esses são alguns desafios pontuais para os educadores que trabalham com a educação inclusiva. Para se resolver esse problema, portanto, faz-se necessário um esforço, em conjunto, envolvendo os mais diferentes segmentos em nível nacional e regional, para que se tenha uma base comum educativa, que venha não só atender a essa demanda, mas que também possa oferecer métodos e meios práticos com relação ao processo de inclusão de pessoas com deficiência no espaço escolar.

A educação especial é vista como a área que possui suas demandas e tem certa urgência no âmbito da inclusão da escola pública. No que tange a essa questão, o ano de 2003 é bastante significativo, pois é nessa época que surge a promulgação de diretrizes, as quais tinham como objetivo dar acesso prático a essas pessoas no ambiente escolar. Nesse sentido, as leis promulgadas enfatizam a obrigatoriedade na educação em promover a inserção dessa clientela no processo educativo, na esfera comum.

Trabalhar em prol de uma educação inclusiva, mesmo com o conhecimento e o aparato de hoje, ainda se configura como uma prática cuja aplicação no dia a dia não é fácil devido a determinados fatores, como falta de investimento, escassez de recursos, pouca formação específica na área, entre outros fatores, pois nem todos os lugares dispõem dos mesmos acessos e recursos. Então, falar de educação inclusiva de maneira homogênea não é algo fácil, uma vez que existem muitas disparidades envolvendo diferentes situações e realidades que revelam



avanços em algumas regiões e retrocessos noutras, sendo oportuna a abordagem de Santos; Santos (2020, p.19), ao declarar que:

Porém, a educação brasileira se firmou com uma escola de base eurocêntrica, centrada na valorização do conhecimento produzido e validado pela hegemonia científica em detrimento das demais formas de conhecimento, o que existia no Brasil colonial, e se reflete até hoje. De acordo com Rodrigues (2013, p.44), era “a negação do valor do negro e do índio impedindo qualquer pensamento que considerasse seus modos de vida e práticas culturais”, tal processo é definido por Santos (2009, p.13) como um projeto de homogeneização do mundo.

A quebra de determinados estereótipos, que vêm desde o tempo da colonização no Brasil, ainda deve acontecer de forma recorrente, mesmo com os avanços conquistados com as políticas sociais para as minorias nos últimos anos. O que se observa na parte prática ainda é uma conjuntura social com a mente fechada no que se refere a uma ação educativa abrangente, considerando os diversos grupos sociais que permeiam a sociedade brasileira.

E isso pode ser bem observado em algumas situações em que esses grupos minoritários sofrem preconceitos sociais em função da questão étnica, como em razão da localidade na qual estão inseridos de modo especial periferias, favelas, assentamentos, uma vez que essas localidades denotam pessoas de baixo poder aquisitivo, não sendo alvo de políticas públicas que visem melhorar o seu contexto de vida.

De acordo com Santos e Santos (2020) a razão dessa situação centra-se na dimensão do conhecimento social do Brasil que foi sendo construído ao longo do tempo, sendo oriundo justamente da classe europeia, ou seja, no colonizador que no momento de sua chegada impôs uma cultura e uma visão de sociedade, excluindo, por sua vez, outros grupos civilizatórios que aqui existiam, ou para cá vieram. Desse modo, é possível entender a questão da disparidade social existente no Brasil, bem como a dimensão de uma falta de inclusão histórica a esses determinados grupos sociais, no que diz respeito ao acesso à educação, além de outros benefícios sociais, porque eles foram negados durante a trajetória histórica do país.

Assim sendo, os colonizadores e seus descendentes na condição de elite no país moldam a sociedade de acordo com sua visão e costumes, ao passo que negam e oprimem a cultura, o modo de ser e de viver dos descendentes de indígenas e de africanos. Essa situação constrói um processo de exclusão histórica, que perdura até hoje, tendo reflexos sociais bastante notórios, no que diz respeito à inclusão e acesso a oportunidades desses grupos citados.

Segundo Silva (2011 *apud* Santos; Santos, 2020), na dimensão da construção do ponto de vista social, em geral, no Brasil há a condição de se fazer um processo de construção de identidade sociais, por meio da adesão ou rejeição a determinados grupos. Isso caracteriza a



visão de que aqui se faz esse processo de atribuição de valor ainda com base na visão de superioridade de raça. Isso ocorre, por sua vez, com o propósito de diminuir a importância da cultura tanto aborígine, ou seja, dos índios, nativos da Terra, como dos africanos, deixando esses grupos sociais historicamente à margem, com suas culturas e seus valores menosprezados.

A educação inclusiva no Brasil, diante do exposto, não deve ser somente uma atividade docente, mas servir como meio de emancipação social e, no que diz respeito à acessibilidade de grupos minoritários, um processo educativo que venha a conferir uma formação adequada bem como a inserção desses grupos no quadro social. E é por meio dessa atitude que se pode perceber a dimensão da importância e por assim dizer da ação educativa inclusiva como um aspecto importante não só do processo ensino aprendizagem, mas também da construção do ser social

## **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS PERSPECTIVAS**

Como se sabe, a educação inclusiva, no Brasil, vem ganhando espaço nos debates e nas orientações pedagógicas que permeiam as ações educativas no país. Especialistas mestres e doutores, agentes da educação, todos eles trabalham em prol da construção de uma educação capaz de oferecer, realmente, a inclusão necessária para aqueles com alguma deficiência.

Essa tendência pode ser percebida não somente pela esfera da educação, mas por outros grupos sociais que possuem olhos atentos a essa demanda e que, em certas oportunidades, vêm se tornando atuantes na luta em defesa dessa temática, tendo como objetivo chamar a atenção da sociedade para que se faça ações sociais que visem a oferecer meios e ações que oportunizem a inclusão desses grupos minoritários na educação, bem como na sociedade.

Um exemplo prático disso é a campanha da fraternidade realizada pela igreja católica anualmente no período denominado de quaresma, o qual antecede a vivência da semana santa para o catolicismo romano, tendo abordado, no ano de 2006, o tema: “Fraternidade e pessoas com deficiência” e como lema: “Levanta-te e vem para o meio!” (Mc 3,3). O intuito dessa campanha foi justamente chamar a atenção de todos os segmentos para a questão de como tratar e incluir socialmente as pessoas com deficiência no quadro geral de nossa sociedade, tanto na dimensão educativa, como na dimensão social.

No que tange a essa questão, o manual da campanha da fraternidade 2006, fazendo uma pequena análise da realidade das pessoas com deficiência no Brasil, declara que:



A atenção com as deficiências e as pessoas com deficiência no Brasil tem uma história rica de eventos e é pouco conhecida. A Igreja teve o papel relevante nessa história. Ao tratar desse aspecto, muito julgam e condenam os atores de uma época passada, com os pretensos valores culturais e morais contemporâneos. [...]. Já no século XVI, os Jesuítas desenvolver os pequenos sistemas para permitir a locomoção para pessoas com problema de deficiências motoras. Bom o próprio padre Anchieta tem escrito sobre sua deficiência motora. Apesar de pouca documentação disponível, por volta de 1600, a registro de atendimento escolar para aluno portador de deficiência física em uma instituição especializada e particular, em São Paulo. (Manual da Campanha da Fraternidade, 2006, p. 22.23).

Pode-se perceber que as pessoas com deficiência, ao longo de todas as épocas, sempre existiram na sociedade. A igreja na condição de instituição, certamente, foi uma das primeiras a perceber e se posicionar diante da realidade dessas pessoas. Tanto é que membros de sua hierarquia também faziam parte desse grupo, isto é, serviram como exemplos de superação das dificuldades. Essa afirmação mostra que historicamente as pessoas com deficiência sempre enfrentaram dificuldades no meio social do qual faziam parte.

Ainda tomando como base o manual da campanha da fraternidade, o item 54 acrescenta que, no século passado, muitas pessoas se destacaram pela dimensão de seu desprendimento e visão humanitária, renunciando sua vida pessoal para se dedicarem de forma exclusiva aos pobres, doentes e pessoas com deficiência. Assim sendo, são fundadas obras de caridade, institutos e movimentos leigos que dão uma atenção especial e fazem uma ação de assistencialismo voltado para a melhoria de vida das pessoas pertencentes a esses grupos.

Diante das evidências, entende-se que as pessoas com deficiência sempre foram de grupos que buscaram, no transcorrer da história, favorecer de alguma forma a sua inclusão no âmbito social. A igreja, seguindo os valores de Jesus Cristo, também se posicionou como instrumento de promoção da vida humana e assim colaborou, dentro das suas possibilidades, para uma sociedade que tivesse um olhar voltado para esse grupo tão carente de políticas públicas que lhe conferissem a devida afirmação no âmbito da sociedade.

Tendo em vista a questão da história do tratamento voltado para essas pessoas, o questionamento de Baptista se faz pertinente com relação a essa temática e indagação:

No que se refere à educação especial, tem havido prioridade efetiva ao acesso e à permanência desse alunado na classe comum? Como essas metas têm permeado os planos e os projetos municipais? Quais as configurações propostas para os serviços especializados de educação especial e suas relações com o trabalho desenvolvido em classe comum? São perguntas que permitem a evolução de uma análise que idêntica rupturas no discurso político instituído ao longo da década. Além dessas reflexões globais, considero imprescindível que avancemos no conhecimento das especificidades de um território multifacetado como o brasileiro, seus estados e municípios (Baptista, 2015, p. 8).





Essas questões inerentes à educação inclusiva são bastante pertinentes, pois conferem meios de questionamento para se entender o mecanismo de análise, estudo, implantação e modelo de educação inclusiva que venha a ser oportuno em nível local e possivelmente também em regional, tendo como intuito a elaboração de um plano que atenda às diversas demandas em diferentes setores e locais da nossa sociedade brasileira. A educação inclusiva, nesse sentido, deve ser algo pensado, tendo em vista a dimensão analítica, teórica e prática de ações que visem melhorar o contexto de inclusão e aprendizagem de pessoas que fazem parte dessa realidade.

De acordo Katia Caiado, citada por Baptista (2015), no momento em que se analisa a dimensão da diversidade que é associada às políticas públicas, surgem reflexões, porque se valoriza a questão da dinâmica, demonstrando o que fazem as ações políticas na condição de integrante de movimento de lutas e conflitos sociais, apresentando visões diferentes quando em uma situação de confronto no âmbito da sociedade. Isso resulta, então, em um processo histórico dentro de um período próprio. Assim sendo, há de se considerar a persistência de algumas bandeiras sociais com relação à educação e seu processo de inclusão, como por exemplo a defesa da inclusão na educação do campo, temática essa que se configura como pouco analisada dentro do âmbito da investigação do processo sócio-educativo.

Seguindo essa linha de pensamento, pode-se entender que o processo de inclusão na educação apresenta-se bastante multifacetado. Não existe somente um grupo de pessoas que se enquadram numa mesma realidade, mas sim grupos de pessoas com diferentes deficiências. Cada um desses grupos deve ter uma atenção com relação às suas demandas e necessidades, aumentando, dessa forma, a necessidade de políticas e ações que visem de forma direta e prática fornecer meios para que haja uma correta ação educativa voltada para seu público específico.

Outro fator de grande relevância diante dessas propostas de intervenção educativa deve aludir a uma prática mais voltada para a educação inclusiva que também tenha sensibilidade e que invista no perfil de formação dos professores, pois é notório que profissionais bem formados, imbuídos de uma técnica e capacidade de ação, fazem a diferença em todo o processo, agilizando, dinamizando e facilitando a forma pela qual é possível inserir esse público dentro de uma dinâmica sócio-educativa que vise atender às suas demandas e necessidades.

No âmago dessa discussão, a articulação em prol da capacitação dos professores para o exercício na prática da educação inclusiva constitui uma forma de melhorar a oferta educativa de fornecer acessibilidade aos que necessitam, de fazer um resgate histórico dessas pessoas que, ao longo de sua existência, não tiveram oportunidade de serem inseridos no quadro sócio-educativo e, posteriormente, de pertencerem à dimensão da dignidade cidadã na sociedade.



Nesse sentido, entende-se que o processo de inclusão é mais do que um discurso. Ele deve ser regido por um diálogo que combata quaisquer preconceitos e pensamentos que venham a ser contrários à formação de uma cultura que tenha a inclusão como meio e centro de sua ação educativa:

A inclusão se reveste de um discurso que camufla as diferenças quando parte do princípio de que normatizar a partir do que se considera normal destaca o que é anormal. E neste discurso, o contexto da diferença fica estereotipado como fora da cultura da normalidade. A equidade não pode ser um parâmetro estabelecido por meio de padrões e metas a se seguir ou se cumprir na escola. Quando se pensa a equidade, é importante que a pensemos nela como a possibilidade de tornar o ensino e o aprendizado como algo justo e destinado a todos, capaz de oferecer a cada um as ferramentas necessárias para o seu conhecimento (Jacauna Neto; Silva; Silva, 2021, p. 84).

O processo de inclusão na dimensão educativa deve ultrapassar muitas barreiras, havendo a necessidade de uma prática que vise assegurar eficiência na ação educativa, buscando fornecer meios mais práticos para a inserção dessas pessoas, configurando-se assim, numa perspectiva de uma ação eficaz que garanta os recursos necessários para que haja, de fato, o processo inclusivo.

Sob esse viés, pode-se entender que o processo de inclusão não trata somente de uma perspectiva de cumprimento da lei, tampouco de uma atitude filantrópica para com esses grupos. Mas, sobretudo, de uma disposição ética e civilizatória para que se tenha a atitude de poder oferecer condições plausíveis para que essas pessoas se sintam mais respeitadas, de modo que, dentro de suas limitações, possam dar sua contribuição para a sociedade de uma forma geral.

## **O PROFESSOR E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Dentro da atividade da educação inclusiva, o professor é peça fundamental como aquele que propicia uma atmosfera favorável ao estreitamento de laços afetivos, bem como do despertar de aptidões e de habilidades. Por meio dele se articula a comunicação necessária e a interação para que se possa desenvolver não somente o processo de ensino aprendizagem em si, mas também o exercício do respeito às diferenças e da empatia para uma convivência mais harmoniosa entre todos.

As contribuições do AEE têm alcançado um reconhecido destaque na educação inclusiva dentro do ambiente escolar. Esse acompanhamento tornou-se de suma importância para facilitar a dimensão cognitiva do aluno com deficiência, bem como a prática de atividades,



considerando as necessidades e o ritmo de aprendizagem de cada um. Posto isso, pode-se afirmar que:

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém de fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos [...] à que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminham-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular (Mantoan, 1997 *apud* Silva, 2021, p.11).

O objetivo da educação inclusiva é justamente oportunizar para que todos os alunos estejam inseridos no processo do sistema escolar o qual tem o dever não somente de incluir, mas também de formá-los como cidadãos que devem desfrutar do direito à isonomia. Esse processo não se dá de maneira única, mas sim, de forma diversa, sendo consideradas as condições específicas de cada aluno, podendo, assim, desenvolver uma prática não somente educativa, mas que tem na dimensão da inclusão o seu princípio, meio e fim.

Um dos pontos fortes do processo de inclusão está centrado na dimensão da socialização, de modo que os alunos com algum tipo de deficiência tenham condições de se sentirem bem acolhidos com a devida recepção, fazendo com que se sintam bem em estarem ali naquele ambiente que lhes favoreça confiança e, assim, dá-se início a esse trabalho de construção do saber por meio do convívio e da interação uns com os outros. Esse processo ajuda na questão da elaboração do diagnóstico a fim de que se obtenham os melhores apontamentos acerca do desenvolvimento integral desses alunos sob a mediação do AEE, disponibilizando, assim, de uma melhor análise para um diagnóstico mais preciso.

Fávero *et al* (2007 *apud* Silva, 2021) fazem uma observação advertindo que mesmo o atendimento educacional especializado estando a serviço do aluno, esse tipo de atendimento por si só não é suficiente. Ele ajuda na prática socioeducativa da criança com deficiência intelectual, contudo não contempla todas as suas necessidades, tampouco chega a substituir a convivência e o processo de ensino aprendizagem da escola.

Partindo desse pressuposto, entende-se que o AEE é uma ação educativa que está assegurada na Constituição e assim sendo deve ser exercida em todo o âmbito escolar:

O AEE é garantido pela Constituição Federal (1988), ele não substitui o ensino regular. Contribui com a identificação das principais necessidades dos alunos e o intuito é realizar um trabalho que possa vir a contribuir para que o aluno consiga estudar e aprender de forma significativa. O trabalho com o lúdico é bastante significativo. Para Bini Junior (2010) os jogos estimulam o cognitivo de maneira prazerosa, ou seja, os aspectos físicos, sociais e psíquicos são trabalhados de forma satisfatória na vida das crianças. Por meio dos jogos, as crianças podem trabalhar o



raciocínio e a lógica; o intuito não é apenas brincar, o objetivo é aprender de uma forma divertida, buscando soluções para problemas além de exercer a interpretação de textos (Silva, 2021, p. 11).

Notadamente, percebe-se que o AEE é uma proposta que visa conferir uma ajuda junto às práticas de ensino aprendizagem daqueles que necessitam de atividades psicopedagógicas que lhes venham atender a essa demanda. Um dos mecanismos de maior eficácia para favorecer a aprendizagem envolvem justamente o lúdico, que deve ser trabalhado juntamente com os jogos de uma forma geral, constituindo uma estratégia de estímulo à dimensão da aprendizagem desses alunos conferindo, de maneira prazerosa, o desenvolvimento de habilidades e saberes.

Segundo Silva (2021), a criança que apresenta deficiência intelectual não deve ter sua condição tratada como desordem de ordem psicológica. Diante desse fato, deve-se considerar que esse tipo de deficiência é caracterizado quando o pensamento cognitivo é inferior ao padrão reconhecido. Diante da condição de se promover as práticas de ensino aprendizagem de crianças com este ou qualquer outro tipo de deficiência, faz-se necessária uma maior participação da família junto à escola, formando-se, assim, uma parceria que tenha como meta a mobilização desse processo de maneira funcional e mais coerente. Em muitos casos, essas parcerias constituem as bases que garantem o êxito nas atividades realizadas na escola, mais ainda quando se trata de crianças com deficiência.

A aprendizagem do aluno com deficiência intelectual deve acontecer a partir da mobilização de métodos práticos de ensino que envolvam a participação da família e da escola. Atividades com uso de jogos, memorização e produção podem aguçar os sentidos dos alunos facilitando-lhes a aprendizagem. Para tanto, é necessário que o professor adapte essas atividades aplicadas na sala de aula a fim de que o aluno possa compreendê-las. Reinventar é a palavra-chave no seguimento pedagógico, o educador deve conhecer a sua clientela, buscar contato com a realidade familiar, descobrir gostos, sonhos, desejos, habilidades e as principais dificuldades que o aluno apresenta. É importante entender que cada um aprende de uma forma diferente, ou seja, as interações não podem acontecer da mesma forma (Silva, 2021).

É pertinente que haja o entendimento de que o processo de aprendizagem do aluno que tem deficiência intelectual, em consonância com a família e a escola, deve se articular a partir da mobilização de métodos que facilitem esse percurso sob uma perspectiva bastante lúdica e cognitiva. Desse modo, é proveitoso o uso de jogos que despertem a atenção e a memorização, dentre outras formas, como ações de eficácia e motivação na busca pela aquisição de habilidades e competências.



Para que essa realidade se concretize, é fundamental que os professores possam recriar novas ferramentas dentro de suas práticas pedagógicas, sempre buscando estar em sintonia com as condições da vida familiar desse aluno. Saber e reconhecer as principais dificuldades que ele enfrenta, bem como identificar e entender as necessidades pertinentes a cada um deles. Nesse sentido, percebe-se a relevância não só da dimensão da aprendizagem, mas também do entendimento de que todo aluno, individualmente, possui uma forma de aprender própria, cada um a seu tempo.

Seguindo essa linha de pensamento, é oportuna a observação de Silva (2021, p. 13), que no tocante a esse assunto declara que:

A aprendizagem precisa possuir um significado para o aluno, ele deve conhecer a importância da escola em sua vida, a necessidade de estabelecer um vínculo com a comunidade escolar e sentir prazer durante sua permanência na escola. Os jogos estimulam o lado cognitivo do aluno, trazendo prazer durante a aprendizagem, os jogos possibilitam trabalhar diversas esferas dentre elas os aspectos físicos, sociais e psíquicos. O computador é uma grande ferramenta que pode auxiliar na realização das atividades fazendo uso do corpo e da mente (BINI JUNIOR, 2010). Dessa forma, atividades voltadas para o reforço são positivas, o estímulo baseado em nas concepções cotidianas apresentam bons resultados, o uso de uma linguagem simples e direta contribui para que atendimento desses alunos possa fluir com mais facilidade. O desempenho relativo às atividades deve ser analisado pelo professor que observará a eficiência da metodologia aplicada analisando se existe a necessidade de fazer uma adaptação de acordo com o nível de aprendizado do aluno.

Para que ocorra a aprendizagem, é preciso que se tenha a real significação acerca de quem é alvo nesse processo. À luz dessa concepção, deve-se despertar uma cultura de valorização na criança com deficiência, com o propósito de que ela veja na escola um local propício para seu desenvolvimento. A escola deve ser um instrumento de convívio comunitário, mas também um ambiente prazeroso, que seja algo atrativo, a fim de que a criança possa não somente gostar, mas também se identificar com ela.

Diante dessas possibilidades, percebe-se que alguns mecanismos são necessários para a articulação dessa etapa de desenvolvimento. O uso de tecnologias pode ser uma ferramenta interessante que pode ajudar na dinâmica dessa prática. Então, utilização de jogos, de computadores, dentre outros recursos, são ações bastante pertinentes que constituem o *feeling* nesse processo do desenvolvimento cognitivo da criança de AEE.

No âmbito dessa discussão, é notório que a mobilização dessas estratégias pode conferir melhor desempenho no que se refere às atividades educativas que podem ser desenvolvidas com essas crianças que necessitam de AEE, posto que, quando são bem aplicados e supervisionados, tornam-se meios favoráveis para que haja as benesses no processo educativo



como a interação, o desenvolvimento e também a aprendizagem como objetivo central desses resultados a serem alcançados.

A educação inclusiva, nos dias de hoje, pode ser vista como um desafio, mas também uma tarefa cujos envolvidos: educadores, pais, e sociedade são convidados a se engajarem na tarefa de entendimento, estudo e aplicação de recursos no seu dia a dia. É dever, enquanto sociedade civil organizada, dos atores sociais se envolverem na causa e buscarem formas, meios e técnicas, principalmente aqueles que acompanham e vivenciam esse processo de inclusão dessas pessoas. Uma vez que a nossa sociedade moderna é ciente de que todos devem ter acesso aos direitos fundamentais, tendo em vista essa linha de pensamento e a garantia do que rege a lei, as pessoas que têm alguma deficiência devem e podem ter seus direitos aplicados em seu dia a dia.

Uma sociedade que tem a inclusão como uma de suas metas deve trabalhar em defesa dessa causa para que funcione, de fato, esse processo junto àqueles que são favorecidos pela execução dessa direito. Essa questão deve estar em conformidade com o discurso de inclusão, uma vez que é a oportunidade de se praticar aquilo que já se defende teoricamente. É dever de forma primordial da escola e da família proporcionarem meios para que as pessoas com deficiência tenham o seu direito validado no seu dia a dia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa, aqui realizada, oportunizou a ampliação de conhecimentos sobre o tema da educação inclusiva: perspectivas e práticas, no que alude a uma ação educativa voltada às pessoas com deficiência, entendendo que para estas deve existir um plano de ação que oportunize, de maneira isonômica, a aquisição de conhecimentos, a sua inserção social, bem como a participação nas diferentes atividades realizadas no ambiente escolar.

A educação inclusiva no Brasil foi um tema que historicamente não teve tanta abordagem significativa no que diz respeito ao conhecimento de formas e práticas de se tratar tal situação. No geral, as pessoas que enfrentavam essas condições eram privadas de um convívio social. Existem, no entanto, alguns relatos antigos de alguns que foram exemplos de superação diante de suas limitações e, mesmo com todas as dificuldades culturais da época, demonstraram que poderiam ser sujeitos ativos e produtivos na sociedade da qual eram excluídos.

Esse tipo de atitude, tanto para a época como para hoje, pode se compreender como uma ação que se deixa levar pela classificação das pessoas, agindo de uma forma segregadora,



projetando estereótipos segundo os quais os indivíduos que não se enquadrassem nos padrões estabelecidos pela sociedade faziam parte de uma segunda categoria.

Com o passar do tempo, a sociedade foi observando que essas pessoas também tinham direitos e deveriam ser incluídas dentro do seu quadro social com uma atenção voltada às suas demandas. É perceptível que dos anos 2000 para os dias atuais, a educação foi seguindo uma base de análise e de vivência dessa temática, buscando formas e meios para desenvolver ações que possam favorecer a inserção desse público, bem como o desenvolvimento do seu aspecto cognitivo.

Ficou evidente, ademais, que o atendimento educacional especializado (AEE) se configura como um dos caminhos favoráveis à inserção dos alunos no quadro educativo, bem como de aplicação e resultados de seus métodos na formação e na dimensão educativa daqueles que têm alguma deficiência. No entanto, para que haja, de fato, avanços no que se refere a essa questão, urge que se invista na capacitação de profissionais a fim de que possam atuar, de maneira proveitosa, atendendo à demanda dessa clientela, articulando estratégias e planos de ação voltados para os interesses e as necessidades dessas pessoas no que tange à participação, interação e ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem no ambiente escolar.

Diante do que foi discutido e analisado, é possível compreender que a educação inclusiva no Brasil, historicamente, foi um processo cuja construção ocorreu e ainda ocorre de forma gradativa, de modo que, com o passar do tempo, a sociedade foi despertando uma concepção mais crítica e consciente referente às questões voltadas a esses cidadãos e cidadãs, procurando entender as suas necessidades e buscando encontrar estratégias eficazes de inseri-los no quadro educativo.

Dos anos 2000 até os dias de hoje, essa realidade vem sendo entendida de maneira mais sensível e analisada como objeto de pesquisa, de modo que muitos profissionais da educação buscam, incansavelmente, conhecimentos e práticas para a aplicação de propostas que venham atender a essa demanda, favorecendo as relações de respeito às diferenças para uma convivência de mais empatia, participação e interação social.

Assim sendo, percebe-se que a educação inclusiva no Brasil está aos poucos conquistando mais espaço, embora as mudanças não se desencadeiem de forma homogênea. Contudo, o que se pode afirmar é que, nos dias atuais, as práticas pedagógicas são mais enfáticas, resultando em melhores condições para se fazer uma inclusão no âmbito cognitivo, humanitário e social.

Em suma, conclui-se que ainda são muitos os desafios a serem enfrentados no que se refere ao cenário envolvendo a educação inclusiva no Brasil, havendo, portanto, a necessidade



de uma união de forças envolvendo o poder público juntamente com os mais diversos segmentos, sendo imprescindível a parceria, principalente, da família com a escola. Além disso, os profissionais da educação e de outras áreas devem dar continuidade aos estudos referentes à educação inclusiva, uma vez que a presente pesquisa aqui apresentada não contempla todos os conhecimentos que envolvem o assunto, havendo a necessidade de mais estudos e análises com o intuito de discorrer acerca dessa temática de fecunda discussão e de grande relevância acadêmica, social e humana.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Cláudio Roberto. **Escolarização e deficiência:** configurações nas políticas de inclusão escolar. Cláudio Roberto Baptista (organizador). São Carlos: Marquezine & Manzine: ABPEE, 2015.

BAPTISTA, Cláudio Roberto, *et. al.* Educação especial, pesquisa e ação docente: Introduzindo diálogos. *In:* TEZZARI, Mauren *et al.* **Docência e inclusão escolar:** percursos de formação e pesquisa. Marília: ABPEE, 2020, p. 9-18.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 2006/Texto base.** Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – São Paulo: Editora Salesiana, 2005.

JACAUNA NETO, Francisco; SILVA, Flávia Junqueira da; SILVA, Lázara Cristina da. Formação de professores na perspectiva da inclusão. *In:* ALMEIDA, Flávio Aparecido de (org.). **Educação inclusiva, especial e políticas de inclusão.** Guarujá, São Paulo: Científica Digital, 2021.

SANTOS, Ana Cláudia Valverde; SANTOS, Frederik Moreira dos. Contribuições de coloniais para uma educação antirracista. *In:* CASTRO, Jacira Teixeira *et al.* **Educação científica, inclusão e diversidade.** Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2020, p.15-28.

SILVA, Linda Carter Sousa da. SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Educação em direitos humanos e educação inclusiva:** concepções e práticas pedagógicas. Curitiba, Appris, 2019.

SILVA, Maria Dalila Sousa da. A importância do atendimento educacional especializado (AEE) no processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual. *In:* SANTOS, Luciana de Jesus Botelho Sodr e *et. al.* **Educação especial/inclusiva em contexto** - saberes em evidência. Campina Grande: Ampla, 2021.